



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

3042

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0001384-38.2004.8.17.1350 (0273307-1)

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: JOÃO EUDES SIMÕES DE OLIVEIRA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Mariléa de Souza Correia Andrade

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ARTIGO 1º, INCISO I, DA LEI Nº 8.176/91. PRELIMINAR DE NULIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO. REJEIÇÃO. AUSÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA. INDEPENDÊNCIA ENTRE AS ESFERAS PENAL E ADMINISTRATIVA. MÉRITO. AUTORIA E MATERIALIDADE DEMONSTRADAS NOS AUTOS. DOLO CONFIGURADO. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO NEGADO. PENA. REDIMENSIONAMENTO. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO HÁBIL QUANDO DA ANÁLISE DA CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DO MOTIVO DO CRIME. – À UNANIMIDADE DE VOTOS, DEU-SE PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO PARA REDUZIR AS PENAS IMPOSTAS AOS ACUSADOS.

1. Não se há falar em nulidade do processo administrativo que ensejou a autuação de que se trata, por não se vislumbrar 1043 naquele qualquer ofensa ao princípio da ampla defesa. Ademais, diante da independência das esferas administrativa e penal, eventual nulidade do processo administrativo – inexistente no caso – em nada influiria no feito em tela.
2. O pedido de absolvição formulado pelos recorrentes deve ser rejeitado, na medida em que a autoria e a materialidade do crime se encontram demonstradas nos autos. Além disso, restou configurado o dolo dos acusados, os quais, com suas condutas, no mínimo assumiram o risco de comercializar produto impróprio ao consumo (dolo eventual).
3. Da análise da sentença, vê-se que o juiz deixou de apresentar fundamentação hábil quando do exame da circunstância judicial do motivo do crime, pois se restringiu a fazer consideração inerente ao tipo penal (busca de lucro de forma indevida). Sendo assim, faz-se necessário o redimensionamento das penas.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Criminal nº 0001384-38.2004.8.17.1350 (0273307-1), em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, sem discrepância de votos, em dar provimento parcial ao recurso tão somente para reduzir as penas impostas aos

réus para 02 (dois) anos e 03 (três) meses de detenção, mantendo-se a sentença em seus demais termos.

Recife, 01 de julho de 2014.


Des. Gustavo Augusto Lima

Relator



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0001384-38.2004.8.17.1350 (0273307-1)

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: JOÃO EUDES SIMÕES DE OLIVEIRA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Mariléa de Souza Correia Andrade

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de apelação interposto por **JOÃO EUDES SIMÕES DE OLIVEIRA** e **HERMÓGENES ANTÔNIO BARROS CAVALCANTI** em face de decisão exarada pelo Exmo. Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de São Lourenço da Mata, condenando-os a 02 (dois) anos e 06 (seis) meses de detenção, substituídos por penas restritivas de direitos, pela prática de crime tipificado no artigo 1º, inciso I, da Lei nº 8.176/91.

Narra a denúncia que, no dia 10 de julho de 2003, por volta das 10h30, no H.J. Comércio de Combustíveis e Lubrificantes Ltda. (Posto BR Gran Via), localizado na Rodovia BR-408, Km 103, s/nº, Penedo, no Município de São Lourenço da Mata, os acusados comercializavam álcool etílico hidratado combustível (AEHC) em desacordo com os padrões de qualidade exigidos pela Agência Nacional de Petróleo – ANP e pelo Ministério da Agricultura.

Consta da peça acusatória que, em fiscalização realizada no mencionado estabelecimento comercial por fiscais da ANP, após a efetivação de testes de padrão de qualidade, restou constatado que a amostra coletada do combustível (AEHC) se tratava de produto impróprio para o uso. Assim é que a

amostra de combustível testada se apresentava com a massa específica (MF) de 812,2kg/m³ (oitocentos e doze vírgula dois quilogramas por metro cúbico) e o teor alcoólico com 92,1° INPM (noventa e dois vírgula um graus INPM), quando o estabelecido na regulamentação pertinente é o álcool etílico hidratado combustível (AEHC) estar com 807,6 a 811,00Kg/m³ (oitocentos e sete vírgula seis a oitocentos e onze quilogramas por metro cúbico) para a massa específica a 20° (vinte graus) e o teor alcoólico com 92,6° a 93,8° INPM (noventa e dois vírgula seis a noventa e três vírgula oito graus INPM).

Em suas razões, e em sede preliminar, suscitam os réus a nulidade do processo administrativo que ensejou a autuação, sob a alegação de que ali não foi observada a ampla defesa. No mérito, dizem que não restou demonstrado nos autos que eles tenham agido com dolo, até porque a alteração encontrada no combustível teria decorrido de fatores naturais. Por tal motivo, pedem as suas absolvições. No mais, insurgem-se contra as penas cominadas, ao argumento de que não foi respeitado o critério trifásico estabelecido no artigo 68 do CP.

O Promotor de Justiça com atuação junto àquela Vara Criminal pede que a decisão impugnada seja integralmente mantida.

Em parecer às fls. 1030/1034, a Procuradoria de Justiça entende que deve ser negado provimento ao recurso.

É O RELATÓRIO.

Inclua-se em pauta, ante o disposto no artigo 610 do CPP.

Recife, 8 de maio de 2014.


Des. Gustavo Augusto Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

3045

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0001384-38.2004.8.17.1350 (0273307-1)

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: JOÃO EUDES SIMÕES DE OLIVEIRA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Mariléa de Souza Correia Andrade

VOTO

Sr. Des. Presidente,

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

JOÃO EUDES SIMÕES DE OLIVEIRA e HERMÓGENES ANTÔNIO BARROS CAVALCANTI foram condenados a 02 (dois) anos e 06 (seis) meses de detenção, substituídos por penas restritivas de direitos, pela prática de crime previsto no artigo 1º, inciso I, da Lei nº 8.176/91, através de sentença prolatada pelo Exmo. Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de São Lourenço da Mata.

Inconformados, os réus interpõem o presente recurso de apelação.

Em sede preliminar, pugnam pelo reconhecimento da nulidade do processo administrativo que ensejou a autuação em comento, em razão de suposta inobservância do princípio da ampla defesa.

No mérito, pleiteiam as suas absolvições porque não teria restado demonstrado nos autos que eles agiram com dolo. Dizem que, na verdade, a alteração do combustível decorreu de fatores naturais, especialmente do clima e do transcorrer do tempo.

No mais, alegam que não foi respeitado o sistema trifásico de aplicação da pena, de forma que a sentença seria nula nesta parte.

Isto posto, passo à análise da preliminar invocada.

PRELIMINAR

Como questão preliminar, alegam os apelantes que o processo administrativo que ensejou a autuação é nulo porque não respeitou o princípio da ampla defesa.

Segundo dizem, deveriam ter sido alvo de exame no processo administrativo: o largo lapso temporal existente entre a coleta da amostra e a apresentação do resultado da perícia; os livros de movimentação de combustíveis, de modo a que se pudesse efetivamente demonstrar a obtenção de lucro através da irregularidade encontrada; e a formação de bolhas de evaporação, que poderia trazer modificações nas características naturais do combustível.

Pelas razões acima, pugnam pelo reconhecimento da nulidade do processo administrativo.

Da análise dos autos, no entanto, não se vislumbra qualquer ofensa ao princípio da ampla defesa no processo administrativo impugnado.

Na verdade, as cópias do processo administrativo às fls. 754/870 demonstram que os ora apelantes foram devidamente intimados dos atos processuais e puderam exercer com plenitude o seu direito de

defesa. Inclusive, na decisão da ANP (fls. 834v/836), as mesmas alegações ora levantadas terminaram por ser rechaçadas.

De qualquer forma, como bem destacou a Procuradora de Justiça, diante da independência das esferas administrativa e penal, eventual nulidade do processo administrativo – inexistente no caso – em nada influiria no presente feito. Neste sentido:

STJ: PROCESSO PENAL - SONEGAÇÃO FISCAL - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO FISCAL - INVESTIGAÇÃO EM INQUÉRITO POLICIAL - INDEPENDÊNCIA ENTRE AS ESFERAS ADMINISTRATIVA E PENAL. - Inexiste constrangimento ilegal na investigação, em inquérito policial, de suposta prática de crime contra a ordem tributária. De outro lado, a paralisação de procedimento fiscal administrativo feito pela receita federal não impede a persecução penal, dada a independência entre as esferas administrativa e criminal. - **Recurso desprovido. (Recurso Ordinário em Habeas corpus 13997/ES 2003/0013719-6. Quinta Turma. Relator Ministro Jorge Scartezzini. Julgamento em 18/09/2003)**

STJ: RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE E DE DESOBEDIÊNCIA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. FALTA DE JUSTA CAUSA. INDEPENDÊNCIA DAS ESFERAS ADMINISTRATIVA E CRIMINAL. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. ART. 89 DA LEI 9.099/95. CONCURSO FORMAL. IMPOSSIBILIDADE. ALTERAÇÃO DO LIMITE DA PENA. LEI N.º 10.259/01. INOCORRÊNCIA. PRECEDENTES DO STJ. 1. A anulação dos autos administrativos de infração, que embasam a denúncia, pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente não implica na invalidação da peça exordial acusatória. Princípio da independência das esferas administrativa e criminal. Precedentes do STJ. (...) 5. **Recurso desprovido. (Recurso ordinário em Habeas Corpus 14095/SP 2003/0028371-7. Quinta Turma. Relatora Ministra Laurita Vaz. Julgamento em 18/12/2003)**

Pelo acima exposto, rejeito a preliminar suscitada.

3048

MÉRITO

No mérito, tenho por bem, de logo, afastar o pedido de absolvição formulado pela defesa dos acusados.

Com efeito, a materialidade do crime se encontra comprovada nos autos por meio dos documentos às fls. 10/18, os quais demonstram que o álcool etílico hidratado combustível (AEHC) presente no estabelecimento comercial dos réus apresentava massa específica e teor alcoólico fora das especificações da ANP, mostrando-se, portanto, impróprio para o consumo. Além disso, os documentos às fls. 33/41 deixam claro que os acusados eram os responsáveis pela empresa.

De outra parte, conforme destacado na decisão administrativa (fls. 834v/836) e na sentença recorrida (fls. 880/884), a presença de combustíveis fora das especificações nos tanques de armazenamento constitui responsabilidade do revendedor, o qual, nos termos do artigo 10 da Portaria ANP nº 116/00, obriga-se a "garantir a qualidade dos combustíveis automotivos comercializados, na forma da legislação específica".

Quanto ao dolo, portanto, vê-se que cabia aos acusados zelar pela qualidade do combustível que vendiam em seu estabelecimento, o que, de acordo com a testemunha Marcílio Simões de Oliveira, à fl. 124, não ocorria, na medida em que, conforme ressaltou, *"durante a venda daquele combustível recebido, o posto não permanece fazendo testes para acompanhar possível alteração do combustível ali depositado; não há instrução neste sentido"*. Os próprios acusados confessam a falta de cuidado deles com a qualidade do combustível, ao afirmarem que a alteração se deu em razão da temperatura ou da umidade.

Sendo assim, mesmo que se entenda que não houve dolo direto por parte dos réus – de obter lucro com mercadoria imprópria ao consumo -, resta plenamente configurado o dolo eventual.

Como bem destacou a douta procuradora de Justiça, *“mesmo que não tenha havido o dolo direto, com a busca e esforços dos agentes em alcançar o resultado, houve dolo eventual, pois os acusados possuíam ciência da sua obrigação de garantir a qualidade dos combustíveis, na forma das normas específicas, contudo não fizeram a devida manutenção do posto de gasolina, o que acarretou na venda de álcool sem qualidade para os consumidores. Assim, os apelantes, pelo menos, assumiram o risco de produzir o resultado danoso, ou seja, agiram com dolo”*.

De tal modo, diante da demonstração do dolo dos réus e da comprovação de que o combustível comercializado por eles se encontrava impróprio para o consumo, mostra-se evidente o acerto de suas condenações.

Por fim, entendo que merece acolhida o pleito dos réus no que se refere ao redimensionamento das penas cominadas, na medida em que o juiz não apresentou fundamentação idônea quando do exame de uma das circunstâncias judiciais do artigo 59 do CP.

Em primeiro lugar, há de se reconhecer como adequadas as avaliações desfavoráveis feitas pelo magistrado em relação à culpabilidade dos réus, assim como às consequências do crime e ao comportamento das vítimas.

De fato, a culpabilidade dos apelantes deve ser tida como mais intensa em razão de serem engenheiros e de terem utilizado o conhecimento específico que detém para lesarem vários consumidores, ou, no mínimo, de não terem aproveitado tal conhecimento na conservação da qualidade do produto que comercializavam. No mais, as consequências do

crime foram são danosas para muitas pessoas, que acabaram por adquirir um produto impróprio para o consumo e que, portanto, não teve o desempenho que desejavam. Além do mais, as vítimas, com os seus comportamentos, não contribuíram para o cometimento do delito.

Andou bem o julgador de primeiro grau, ainda, ao reconhecer que os acusados não possuíam antecedentes criminais, que não havia qualquer referência nos autos às condutas sociais deles e que as circunstâncias do crime eram comuns à espécie.

Ocorre, por outro lado, que, ao tratar do motivo do crime, o juiz se apegou a questão ínsita ao tipo penal, com o que deixou de apresentar fundamentação hábil a justificar o agravamento da pena-base.

Com efeito, ao mencionar que o crime foi cometido "*sem motivo justificável (...), mas, ao contrário, que é o de auferir lucros de forma indevida*", o juiz acabou por se restringir a consideração inerente ao tipo penal - busca de lucro de forma indevida - para agravar a pena-base, o que se mostra inadmissível. Neste sentido:

STJ: HABEAS CORPUS. PENAL. TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS. PENA-BASE FIXADA ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. CIRCUNSTÂNCIAS JUSTIFICADORAS DO AUMENTO. MOTIVOS DO CRIME. LUCRO FÁCIL. CRITÉRIO INVÁLIDO. CONSEQUÊNCIAS. VALORAÇÃO NEGATIVA INERENTE AO PRÓPRIO TIPO PENAL. ILEGALIDADE. CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME. FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA. CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA PREVISTA NO ART. 33, § 4.º, DA NOVA LEI DE TÓXICOS. FIXAÇÃO DO QUANTUM DE REDUÇÃO. APLICAÇÃO, PELO JUÍZO SENTENCIANTE, NO PATAMAR DE 1/3 (UM TERÇO). FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PLEITO DE FIXAÇÃO DE REGIME PRISIONAL DIVERSO DO FECHADO. SUPERVENIENTE PROGRESSÃO DO PACIENTE PARA O REGIME ABERTO. PREJUDICIALIDADE. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR SANÇÕES RESTRITIVAS DE DIREITOS. INVIABILIDADE. ORDEM DE HABEAS CORPUS PARCIALMENTE PREJUDICADA E, NO MAIS, PARCIALMENTE CONCEDIDA. 1. Excetuados os casos de patente ilegalidade ou abuso de poder, é vedado, em habeas corpus, o amplo reexame das

1051

circunstâncias judiciais consideradas para a individualização da sanção penal, porquanto requer a análise de matéria fático-probatória. 2. Mostra-se indevida a exasperação da pena-base, pela valoração negativa dos motivos e consequências do crime, mediante a utilização de circunstâncias inerentes ao próprio tipo penal e de critérios igualmente inválidos, como a busca do lucro fácil. Redução do aumento da pena-base que se impõe. (...). (HC 226703/ES. Quinta Turma. Relatora Ministra Laurita Vaz. Julgamento em 03/10/2013)

Sendo assim, faz-se necessário um ligeiro redimensionamento da pena, afastando-se da decisão a avaliação negativa do motivo do crime.

De tal modo, considerando as incidências de 03 (três) circunstâncias judiciais desfavoráveis aos réus (culpabilidade, consequências do crime e comportamento das vítimas), tenho que restaria coerente e suficiente a fixação da pena-base em 02 (dois) anos e 03 (três) meses de detenção, a qual assim se concretizaria em razão da ausência de circunstância atenuante/agravante ou de causa de diminuição/aumento.

No mais, nada há a ser reparado na sentença, até porque o juiz observou com acerto a necessidade de substituição das penas constritivas por restritivas de direitos.

Por todo o exposto, o meu voto é no sentido de dar provimento parcial ao recurso tão somente para reduzir as penas cominadas aos apelantes, as quais passariam a 02 (dois) anos e 03 (três) meses de detenção, mantendo-se a sentença condenatória em seus demais termos.

É COMO VOTO.

